

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

---

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

# **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO**



**MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS**  
**Dezembro 2014**



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## ÍNDICE

### Índice

1.	FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS .....	4
3.	DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS.....	5
4.	PAGAMENTOS EFETUADOS.....	6
5.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS.....	9
6.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECÍFICAS 2014 DO PSF.....	10
6.1.	RECEITAS.....	10
6.2.	DESPESAS .....	14
6.3.	RESUMO.....	21
7.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL .....	24
8.	ANÁLISE DE RÁCIOS/INDICADORES .....	25
9.	CONCLUSÕES .....	28



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA**

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma quinta avaliação com referência à data de 30 de Dezembro de 2014 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos, bem como os reembolsos e juros entretanto pagos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

Confrontam-se também os dados patrimoniais reais com os previstos em referência ao ano de 2014 e analisa-se a evolução do plano através de rácios/indicadores.

Confronta-se também o considerado no orçamento de 2015 com o previsto no plano para o mesmo ano e o previsto em termos de grandes rubricas patrimoniais com o efetivamente registado.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 2. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições em relação ao previsto:

PAEL	Previsto	Real
Montante Contratual	6.795.454 €	6.795.454 €
Taxa de Juro	2,54%	2,45%
Spread	0,15%	0,15%
Primeira Data de Reembolso	01-06-2013	15-11-2013
Última Data de Reembolso	01-12-2026	15-05-2027
Modo de Reembolso	Prestações Semestrais	Prestações Semestrais
N.º Anos	14	14
N.º Prestações	28	28
Pagamento de Juros	01/06 e 01/12	15/05 e 15/11

A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

Em 2013 e 2014 as amortizações efetuadas bem como os juros pagos foram os seguintes:

Prestações	Amortização	Juros	Total
1º prestação em 2013	169 886	31 411	201 297
1º prestação em 2014	244 759	86 644	331 402
2º prestação em 2014	244 759	91 948	336 707
<b>Total</b>	<b>659 404</b>	<b>210 003</b>	<b>869 407</b>

Desta forma o valor em dívida a 31-12-2014 relativamente ao empréstimo do PAEL cifra-se em 6.118.968€ determinado da seguinte forma:

Rubricas	Montantes
Montante Aprovado	6 795 454
Montante Utilizado	6 778 372
Diferença de Estornos	17 081
Amortizações	659 404
<b>Total em Dívida 31-12-2014</b>	<b>6 118 968</b>



2h

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### 3. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições face às previstas:

Empréstimos Saneamento	Previsto	Real
<b>CGD</b>		
Montante Contratual	5.000.000 €	5.000.000 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,25%
<b>BPI</b>		
Montante Contratual	1.503.814 €	1.503.814 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,75%

O empréstimo da Caixa Geral de Depósitos já teve amortizações no montante total de 137.513€, sendo o valor em dívida a 31-12-2014 de 4.862.487€:

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	96 046	96 046
2014	137 513	331 921	469 434
<b>Total</b>	<b>137 513</b>	<b>427 967</b>	<b>565 480</b>

Para este empréstimo e no seguimento da descida generalizada das taxas de juros nos mercados bancários foi renegociada a taxa, tendo sido aprovado um ajustamento temporário do spread em vigor no empréstimo de 6,25% para 4,5%, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Em relação ao empréstimo do BPI verifica-se que ainda não foram amortizados quaisquer montantes (período de carência), tendo sido pagos juros no montante de 136.313€. O valor em dívida a 31-12-2014 deste empréstimo corresponde ao montante efetivamente utilizado de 1.469.254€.

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	32 381	32 381
2014	0	103 933	103 933
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>136 313</b>	<b>136 313</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

#### 4. PAGAMENTOS EFETUADOS

##### PAEL

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam o empréstimo de PAEL era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial					Total
	221	261	262	267	268	
01			14.011	0	703.115	717.126
02	3.444.768	41.031			42.145	3.527.944
03	2.878				114.718	117.596
04	23.685				864.996	888.682
05					19.277	19.277
06	12.122				11	12.133
07	136.764	1.170.761			11.940	1.319.465
08	9.465	16.155			167.611	193.231
Total	3.629.682	1.227.946	14.011	0	1.923.814	6.795.454

Após o recebimento das duas tranches do empréstimo (a ultima tranche foi registada em Janeiro de 2014) verifica-se que a totalidade do empréstimo concedido foi de 6.778.372€, sendo a diferença de 17.081€ relativa a estornos não aprovados.

O Município efetuou os pagamentos decorrentes do PAEL até Abril de 2014, estando apenas por conciliar alguns itens relativos a situações extraordinárias como a não apresentação de certidão de não dívida dos credores, o falecimento de alguns credores estando a aguardar-se a habilitação de herdeiros, processos de penhora, etc.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Assim foram efetuados os seguintes pagamentos por classe económica e patrimonial:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01			9.134	703.115	712.249
02	3.318.978	41.031		41.965	3.401.974
03	2.876			91.850	94.727
04	23.685			810.358	834.043
05				19.277	19.277
06	12.026			11	12.037
07	136.764	1.119.692		9.776	1.266.232
08	9.465	16.155		103.195	128.814
Total	3.503.795	1.176.877	9.134	1.779.547	6.469.354

Salienta-se que os pagamentos efetuados até Abril de 2014 são superiores às tranches recebidas em 612.048€ devido a terem sido efetuados adiantamentos de pagamentos por receitas próprias.

Deste montante adiantado, temos que 326.100€ serão de considerar pagamentos ao abrigo do PAEL, uma vez que são o que resulta da diferença entre o montante recebido e pago:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01	0	0	4.876	0	4.876
02	125.790	0	0	180	125.970
03	1	0	0	22.868	22.869
04	0	0	0	54.639	54.639
05	0	0	0	0	0
06	96	0	0	0	96
07	0	51.069	0	2.164	53.233
08	0	0	0	64.416	64.416
Total	125.888	51.069	4.876	144.267	326.100



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## SANEAMENTO FINANCEIRO

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam os empréstimos de Saneamento era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial						Total
	221	228	261	262	264	268	
01				22.510		51.655	74.165
02	3.235.143	12.319	24.722			25.819	3.298.003
03						213.300	213.300
04	16.336	970				128.529	145.835
05		57.254			190.861	22.217	270.332
06	588		90.000			8.705	99.293
07	72.189		2.163.547				2.235.736
08			111.220			55.928	167.148
Total	3.324.256	70.543	2.389.489	22.510	190.861	506.155	6.503.814

Com a entrada dos valores dos empréstimos nas contas do Município, foram até 31-12-2013 efetuados os seguintes pagamentos:

Classe Económica	Empréstimo BPI	Empréstimo CGD	Total
01		87.777	87.777
02	333.695	3.823.640	4.157.335
03		114.765	114.765
04		109.582	109.582
05		104.237	104.237
06		99.486	99.486
07	1.136.241	595.257	1.731.498
08		69.443	69.443
Total	1.469.936	5.004.188	6.474.124

Assim foi efetuada a totalidade dos pagamentos do Saneamento até 31-12-2013, sendo que existiram retenções no empréstimo do BPI e pagamentos por caixa de cerca de 56.000€.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- ✚ Implementação do Orçamento de base zero, em curso;
- ✚ Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;
- ✚ Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;
- ✚ Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- ✚ Reforço da contabilidade analítica;
- ✚ Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Em termos de prazo de implementação no plano considerou-se que as três primeiras medidas enunciadas seriam implementadas em 2013 e as restantes sem data específica de implementação.

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores todas as medidas, à exceção da implementação do Orçamento de base zero, foram implementadas em 2013. No entanto, temos informação que se encontram em fase de adoção os princípios e regras subjacentes à elaboração de Orçamento de base zero.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2014 DO PSF

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano para o ano de 2014. Chama-se a atenção que a execução dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada comparando com uma base de execução normal de 100% (execução esperada em doze meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas).

### 6.1. RECEITAS

O total de receitas previstas para o ano de 2014 era de 26.492.590€. O total de receitas realizadas no final do ano de 2014 cifrou-se em 25.974.422€, pelo que se registou neste ano uma percentagem de execução total de 98,04%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Dezembro 2014	% Execução
Receitas Correntes	19 960 667	3 970 499	6 104 124	6 215 363	5 418 860	21 708 847	108,65%
Receitas Capital	6 511 703	2 386 048	426 266	487 401	965 860	4 265 575	65,51%
Total	26 492 590	6 356 548	6 530 390	6 702 764	6 384 720	25 974 422	98,04%

Em termos de receitas correntes verifica-se um comportamento de execução ligeiramente acima do previsto (percentagem de execução de 108,65%).

Em relação às receitas de capital verifica-se que o desvio é desfavorável, no sentido de que no ano de 2014 foram arrecadadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 65,51%).

Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 100%) foram registados nas rubricas de:

- IMI – percentagem de execução de 101,50%
- IMT - percentagem de execução de 177,45%;
- IUC – percentagem de execução de 115,83%;
- Multas – Percentagem de execução de 184,21%;
- Rendimentos de Propriedade – Percentagem de execução de 113,93%;



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

- Transferências correntes – percentagem de execução de 116,11%;
- Outras receitas correntes – percentagem de execução de 301,35%;

Por outro lado os maiores desvios negativos nas receitas (% execução inferior a 100%) foram registados nas seguintes rubricas:

- Derrama – percentagem de execução de 87,38%;
- Impostos indiretos – percentagem de execução de 52,38%;
- Taxas - percentagem de execução de 77,86%;
- Venda de bens e serviços correntes – percentagem de execução de 74,90%;
- Venda de bens de investimento – percentagem de execução de 11,94%;
- Transferências de capital – percentagem de execução de 37,02%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2014 em termos de receitas correntes:

Descrição	2014							
	Previsão Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução	Desvio (real - Previsto)
Receitas correntes	19.980.887,33	3.970.499,20	6.104.123,99	6.215.363,24	5.418.860,26	21.708.846,69	108,65%	-1.727.959,36
Impostos directos	6.528.274,28	363.756,26	2.613.149,44	2.831.060,17	1.597.132,93	7.405.098,80	113,43%	-876.824,52
IMI	4.061.473,66	112.030,54	2.198.774,47	694.808,30	1.116.705,65	4.122.318,96	101,50%	-60.845,30
IMT	1.039.674,44	0,00	177.931,45	1.461.049,07	205.878,76	1.844.859,28	177,45%	-805.184,84
Derrama	755.991,75	47.445,37	29.760,68	474.352,19	109.001,32	660.559,56	87,38%	95.432,19
Outros	671.134,44	204.280,35	206.682,84	200.850,61	165.547,20	777.361,00	115,83%	-106.226,56
Impostos indirectos	873.277,87	132.674,76	122.331,08	125.986,35	76.437,56	457.429,75	52,38%	415.848,12
Taxas, multas e outras penalidades	437.108,14	74.025,89	97.227,86	99.624,66	118.951,71	389.830,12	89,18%	47.278,02
Taxas	390.554,08	61.414,61	80.205,47	82.254,42	80.197,22	304.071,72	77,86%	86.482,36
Multas	46.554,06	12.611,28	17.022,39	17.370,24	38.754,49	85.758,40	184,21%	-39.204,34
Rendimentos da propriedade	1.312.234,64	301.805,24	297.750,85	297.747,27	597.730,77	1.495.034,13	113,93%	-182.799,49
Transferências correntes	8.652.179,58	2.639.472,69	2.585.002,32	2.383.133,88	2.438.234,33	10.045.843,22	116,11%	-1.393.663,64
Venda de bens e serviços correntes	2.052.204,40	362.724,96	321.019,51	372.251,96	481.089,80	1.537.086,23	74,90%	515.118,17
Venda de bens	10.569,00	3.970,80	1.483,74	707,65	2.466,44	8.628,63	81,64%	1.940,37
Serviços	1.951.439,21	346.539,46	308.695,40	360.048,41	466.547,86	1.481.831,13	75,94%	469.608,08
Rendas	90.196,19	12.214,70	10.840,37	11.495,90	12.075,50	46.626,47	51,69%	43.569,72
Outras receitas correntes	125.608,41	96.039,40	67.642,93	105.558,95	109.283,16	378.524,44	301,35%	-252.916,03

No que diz respeito aos impostos directos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 113,43%, principalmente justificada pela execução das receitas relativas a IMI e a IMT.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Na rubrica de IMI foram arrecadados mais cerca de 61.000€ face ao previsto, sendo que de anos anteriores estão por cobrar 462.606€ (informação retirada do site das finanças).

Em termos de IMT a execução do final de 2014 cifra-se em 177,45%, significando em termos de montantes um desvio positivo relativamente ao plano de cerca de 805.000€.

O IUC (considerado na rubrica de outros) apresenta uma execução acima do previsto (mais cerca de 106.000€), devido sobretudo ao aumento de transações do ano e devido à eficiência na cobrança das finanças de IUC de anos anteriores.

Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução positiva, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas receitas e apresenta uma execução de 77,86%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela subrubrica dos loteamentos e obras que tinha como previsão para 2014 uma receita total de 390.554€ e registou um total de receita arrecadada do ano de 304.071€, devido sobretudo à desaceleração operações de licenciamento urbanísticas.

Os rendimentos de propriedade apresentam desvios positivos (% de execução de 113,93%), sobretudo devido à arrecadação em 2014 de 5 prestações de rendas trimestrais, referentes à concessão da exploração à EDP da rede elétrica de baixa tensão, enquanto nos anos anteriores apenas foram registadas 4 prestações. Este facto teve carácter excecional e com o objetivo de acertar as rendas com o período económico a que respeitam.

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se acima do previsto (% de execução de 116,11%).

Relativamente à venda de bens e serviços correntes temos que a rubrica de venda de serviços está bastante desfasada do previsto para 2014. Assim, dos cerca de 2.052.204€ previstos para o ano de 2014, foram executados cerca de 1.537.086€, justificando-se este desvio sobretudo pelo comportamento dos resíduos sólidos. Nesta rubrica o previsto arrecadar era de cerca de 1.951.000€ e o efetivamente recebido foi cerca 1.482.000€, restando por cobrar a 31-12-2014 o valor de 263.000€. Tal situação, por informação dos serviços, resulta do protocolo com a AR,



22

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

que estipula que a transferência das verbas recebidas deverão ser transferidas uma vez por mês, sendo que o desvio entra o liquidado e o cobrado não tem prazo definido para ser transferido. O que ocorre que ao longo dos vários meses são acumulados saldos entre o valor pago e o que foi transferido que só são acertados pontualmente.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2014 em termos de receitas de capital:

Descrição	2014							Desvio (real - Previsto)
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução	
Receitas de capital	6.511.702,84	2.386.020,19	426.266,39	487.400,55	965.072,46	4.264.759,59	65,49%	2.246.943,25
Venda de bens de investimento	893.180,47	0,00	53.319,49	53.319,49	0,00	106.638,98	11,94%	786.541,49
Terras	662.058,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	662.058,27
Habitagens	154.567,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	154.567,18
Edifícios	6.555,02	0,00	53.319,49	53.319,49	0,00	106.638,98	139,30%	-30.083,96
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Transferências de capital	5.606.258,20	364.465,56	321.537,81	434.081,06	955.072,46	2.075.156,89	37,02%	3.531.101,31
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.864.780,00	163.731,00	163.731,00	163.731,00	179.971,23	611.164,23	35,99%	1.193.615,77
Participação com unitários em projetos co-financiados e outras	3.741.478,20	200.734,56	157.806,81	270.350,06	775.101,23	1.403.992,66	37,53%	2.337.485,54
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Passivos financeiros	0,00	2.021.554,63	0,00	0,00	0,00	2.021.554,63	100,00%	-2.021.554,63
Outras receitas de capital	12.264,17	0,00	51.409,09	0,00	10.000,00	61.409,09	500,72%	-49.144,92
Rep. não abandon. aos pagamentos	0,00	28,25	0,00	0,00	78,15	106,40	0,00%	-106,40

Em termos de vendas de bens de investimento foi prevista uma receita de 893.181€ e arrecadada até Dezembro um total de 106.639€ (percentagem de execução muito reduzida – 11,94%). Este montante arrecadado é relativo à venda em hasta Pública de um prédio urbano no Largo General Humberto Delgado, cujo valor total de alienação ascendeu a 106.639€ e foi realizado 50% até Junho, tendo os restantes 50% sido realizados em Julho com a realização da escritura.

No final do ano estavam 15 imóveis publicitados em edital para realização de hasta pública com valor proposto de alienação de 1.249.022€:

2h

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Localidade	Morada/Lote	Valor Proposto para Venda
Pedrogão	Estrada Municioal Nº 557	17.700 €
Quinta do Mato	Rua Cabeço do Azinho	90.310 €
Rua Santo António	Terreno junto ao Continente	46.390 €
Pafarrão	Rua da Escola	31.793 €
Casas Altas	Rua do Mosteiro Lote nº2	28.030 €
	Rua do Mosteiro Lote nº3	28.710 €
	Rua do Mosteiro Lote nº5	43.240 €
Via dos Negréus	Lote 9	343.860 €
	Lote 10	94.820 €
Chancelaria	1. Rua das Escolas	101.770 €
	2. Rua das Escolas	62.830 €
Lamarosa	Rua Drº João Martins de Azevedo	123.035 €
Almonda	Bairro José Dias Simão - Rua C	71.140 €
Casais Martanes	Travessa do Casal	96.525 €
Lapas	Rua das Escolas	68.870 €
Total		1.249.022 €

A taxa de execução de Fundos Comunitários no ano de 2014 representa uma execução de 37,53% face ao total previsto para o ano.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais que apresenta no ano uma baixa execução (cerca de 50,84%).

Destacamos que a percentagem de execução das receitas de capital (65,49%) está fortemente influenciada pelo registo da última tranche do PAEL em 2014 no valor de 2.021.555€.

## 6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2014 é de 26.769.877€. O total de despesas realizadas em 2014 cifrou-se em 24.441.808€, pelo que se regista uma percentagem de execução de 91,30%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Dezembro 2014	% Execução
Despesa corrente	17 276 162	4 695 900	4 415 519	3 521 312	5 479 197	18 111 928	104,84%
Despesa de capital	9 493 715	1 580 128	1 276 160	1 172 233	2 301 359	6 329 880	66,67%
Total	26 769 877	6 276 028	5 691 679	4 693 546	7 780 556	24 441 808	91,30%



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

Em termos de despesas correntes e de capital verifica-se que o desvio mais acentuado é referente às despesas de capital, com uma percentagem de execução de 66,67%, sendo que as despesas correntes foram superiores ao previsto (taxa de execução de 104,84%).

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2014 em termos de despesas correntes:

Descrição	2014						
	Previsão Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas correntes	17 276 161,82	4 695 900,11	4 415 519,05	3 521 312,48	5 479 196,77	18 111 928,41	104,84%
Despesas com o pessoal	8 745 977,25	1 770 022,11	2 217 917,18	1 909 788,36	1 949 907,33	7 847 634,98	89,73%
Remunerações certas e permanentes	7 079 623,12	1 361 216,58	1 743 935,40	1 384 385,40	1 409 493,24	5 899 030,62	83,32%
Abonos variáveis ou eventuais	224 585,11	29 826,27	48 109,76	21 914,10	28 344,31	128 194,44	57,08%
Segurança social	1 441 769,02	378 979,26	425 872,02	503 488,86	512 069,78	1 820 409,92	126,26%
Aquisição de bens e serviços	6 229 718,06	2 283 409,06	1 671 112,05	1 289 625,77	2 162 237,78	7 390 384,66	118,63%
Aquisição de bens	1 198 375,84	484 691,25	354 497,80	220 867,73	403 857,35	1 443 914,13	120,49%
Aquisição de serviços	5 031 342,22	1 798 717,81	1 336 614,25	1 072 758,04	1 738 380,43	5 946 470,53	118,19%
Juros e outros encargos	869 606,51	206 783,71	225 709,87	133 076,32	362 020,44	927 590,34	106,67%
Resultantes do PAEL	171 424,32	0,00	0,00	2 908,84	175 683,04	178 591,88	104,18%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	698 182,19	206 783,71	225 709,87	130 167,48	186 337,40	748 998,46	107,28%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências correntes	13 666,00	260 659,79	81 390,75	75 989,40	266 197,79	684 237,73	5006,86%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1 635,00	1 635,00	1 635,00	1 635,00	6 540,00	100,00%
Freguesias	13 666,00	123 075,16	15 000,00	1 832,51	0,00	139 907,67	1023,76%
Associações de municípios	0,00	52 172,63	31 586,27	31 467,49	36 760,25	151 986,64	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	82 397,00	31 972,37	31 054,40	217 802,54	363 226,31	100,00%
Famílias	0,00	1 380,00	0,00	0,00	0,00	1 380,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	1 197,11	10 000,00	10 000,00	21 197,11	100,00%
Subsídios	47 420,81	156 712,85	48 376,24	29 433,31	393 735,02	628 257,42	1324,86%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47 420,81	122 610,03	7 500,00	4 500,00	363 037,00	497 667,05	1049,47%
Famílias	0,00	34 102,82	40 876,24	24 933,31	30 678,02	130 590,39	100,00%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	1 369 773,19	18 312,59	171 012,96	79 399,22	365 096,41	633 823,28	46,27%

No que diz respeito às despesas com pessoal, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 89,73%.

Apesar da integração em 12 de Setembro de 2014 de 17 trabalhadores da Empresa Municipal temos que a rubrica de despesas com pessoal apresenta uma diminuição face ao previsto no plano de cerca de 898.000€. Apesar desta integração o total de efetivos de 2014 reduziu em 5 funcionários desde 2013, sendo que 11 funcionários estão com licença sem remuneração.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Quer a rubrica de aquisição de bens, quer a rubrica de aquisição de serviços apresentam uma execução acima do previsto para, com taxas de execução de 120,49% e 118,19% respetivamente.

No que diz respeito às transferências correntes previsionalmente foi considerado um valor anual de transferências de cerca de 13.000€, sendo que até Dezembro de 2014 foram realizadas transferências no montante de 684.238€. Parte destas transferências, 120.693,04 €, é explicada pelas transferências para as freguesias, respeitantes a pagamento de valores referentes a anos anteriores e que foram liquidadas no âmbito do PAEL em 2014. No entanto existem outras transferências regulares que não foram previstas no plano (como por exemplo as transferências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que em 2014 atingiram os 114.151€).

Em relação aos subsídios no plano inicial e com o pressuposto de que a empresa Turrisespaços seria internalizada os subsídios considerados ascendiam a cerca de 47.000€. Apenas em Setembro de 2014 existiu decisão sobre o futuro da Empresa Municipal. Também, em conformidade com o exposto no parágrafo anterior, no ano de 2014 foram processados pagamentos à empresa, no montante de 130.000€, valores em dívida do ano 2013.

Na sequência de a 03 de Setembro de 2014 ter sido aprovado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa Turrisespaços, houve necessidade de proceder à cobertura do resultado líquido negativo que resultou da reformulação das contas da empresa referente ao ano de 2013. O montante transferido para cumprimento das disposições legais foi de 358.557€.

Sobretudo pelo descrito, a rubrica de subsídios atingiu o montante de 628.257€, apresentando um desvio face ao previsto de 580.837€.

Na rubrica de outras despesas correntes a taxa de execução de 2014 face ao valor previsto anualmente foi de 46,27%, ou seja, dos 1.369.773€ previsto para despesas desta rubrica foram efetivamente pagos 633.823€, apresentando um desvio de 735.950€.

Este desvio é sobretudo referente ao valor de 1.137.017€ previsto para fazer face a processos judiciais em curso que ainda não tiveram efetivamente decisão e portanto ainda não geraram o exfluxo de meios financeiros. Pelo que apurámos atualmente o valor atual das provisões





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

ascende a cerca de 4.000.000€, sobretudo pela entrada de um processo (1353/13.9 BELRA) que tem um valor estimado de 3.000.000€.

Assim, a previsão temporal do exfluxo é a seguinte:

Ano	2014	2015	2016	Total
Valor dos Processos Judiciais em Curso	0 €	321 849 €	3 722 500 €	4 044 349 €

Sendo que no plano inicial a situação prevista era a seguinte:

Ano	2013	2014	2015	Total
Valor dos Processos Judiciais em Curso	503 505 €	1 137 017 €	60 000 €	1 700 522 €

De salientar que em 2014 foram efetivamente pagos no âmbito de processos judiciais em curso cerca de 216.000€.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2014 em termos de despesas de capital:



*Sh*

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Descrição	2014							
	Previsão Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução	Desvio (real - Previsto)
<b>Despesas de capital</b>	<b>9 493 715,26</b>	<b>1 580 128,33</b>	<b>1 276 159,62</b>	<b>1 172 233,15</b>	<b>2 301 358,82</b>	<b>6 329 879,92</b>	<b>66,67%</b>	<b>3 163 835,34</b>
Aquisição de bens de capital	5 792 903,56	921 056,91	371 304,69	793 498,99	859 158,45	2 945 019,04	50,84%	2 847 884,52
Investimentos	4 632 058,41	577 870,97	254 784,99	626 430,78	647 416,26	2 106 503,00	45,28%	2 545 555,41
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Habitagens	0,00	55,03	0,00	0,00	0,00	55,03	100,00%	-55,03
Edifícios	4 114 683,51	450 178,05	228 256,36	565 521,74	471 985,47	1 715 941,62	41,70%	2 398 741,89
Construções diversas	250 000,00	20 055,08	0,00	0,00	73 713,52	93 768,60	37,51%	156 231,40
Outros	287 374,90	107 582,81	26 528,63	60 909,04	101 717,27	296 737,75	103,26%	-9 362,85
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Bens de domínio público	1 140 845,15	343 185,94	116 519,70	167 068,21	211 742,19	838 516,04	73,50%	302 329,11
Transferências de capital	0,00	23 865,21	2 325,00	1 421,00	37 691,03	65 302,24	100,00%	-65 302,24
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	8 154,16	0,00	0,00	0,00	8 154,16	100,00%	-8 154,16
Freguesias	0,00	1 478,36	0,00	0,00	0,00	1 478,36	100,00%	-1 478,36
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Instituições sem fins lucrativos	0,00	14 232,69	0,00	0,00	35 080,73	49 313,42	100,00%	-49 313,42
Famílias	0,00	0,00	2 325,00	1 421,00	2 610,30	6 356,30	100,00%	-6 356,30
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Passivos financeiros	3 700 811,69	635 206,21	902 529,93	377 313,16	1 404 509,34	3 319 558,64	89,70%	381 253,05
Resultantes do PAREL	411 624,82	0,00	244 758,73	0,00	0,00	244 758,73	59,46%	166 866,09
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	3 289 186,87	635 206,21	657 771,20	377 313,16	1 404 509,34	3 074 799,91	93,48%	214 386,96
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00

Conforme já referido as despesas de capital apresentam percentagens de execução reduzidas. Primeiramente a aquisição de bens de investimento onde se encontravam previstos 5.792.904€ a realizar em 2014, apresenta um total de despesa paga até Dezembro de 2014 de 2.945.019€, apresentando no final do terceiro trimestre uma execução de 50,84%.

Das obras inicialmente previstas para o ano de 2014 foram realizadas as seguintes:

Código	Ano	Número	Descrição	Previsto	Executado
5101	2012	84	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER JUNTO DO CENTRO ESCOLAR DE OLAIA	100.000 €	
232	2011	162	REQUALIFICAÇÃO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	2.764.684 €	275.577 €
1001	2012	31	BENEFICIÁCIOS E GRANDES REPARAÇÕES EM JARDINS DE INFANCIA DO CONCELHO	25.000 €	
1002	2012	32	BENEFICIÁCIOS E GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES DO 1º CICLO CEB	25.000 €	
			GERIPARQUE	250.000 €	
			EDIFÍCIOS	150.000 €	
			CONSTRUÇÕES DIVERSAS E INFRAESTRUTURAS	1.050.000 €	
90902	2012	30	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	30.000 €	19.578 €
1304	2012	124	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	7.375 €	
			EQUIPAMENTOS DIVERSOS	250.000 €	
1088	2009	217	PAV.URB.LIGAÇÃO A LAPAS	152.269 €	30.000 €
			BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	100.000 €	
5	2009	197	REQUALIFICAÇÃO ETAR'S	159.800 €	109.261 €
801	2009	290	OBRA - PARQUE URBANO-MATA DOS MESIOES	528.776 €	
1188	2012	105	QUINTA DA PEGA - MARSIMOVEL - ARRANJOS EXTERIORES	200.000 €	0 €
Total				5.792.904 €	434.416 €



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

**SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.**

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Assim, das obras previstas no plano no montante de 5.792.904€, apenas foram realizados trabalhos em quatro obras no total de 434.416€.

No entanto para além das mencionadas no quadro acima o Município realizou em 2014 as seguintes obras:



SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Código	Ano	N.º	Descrição	Executado
0302	2011	2	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO BÁSICO	3 590 €
0608	2011	105	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO E SISTEMAS INFORMÁTICOS	2 018 €
0604	2011	106	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INFORMÁTICO	6 039 €
0709	2011	113	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EM CONTADORES DE ÁGUA	8 267 €
1302	2011	197	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	110 €
1304	2011	200	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	2 675 €
0608	2012	8	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO E SISTEMAS INFORMÁTICOS	9 459 €
0604	2012	9	LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INFORMÁTICO	42 700 €
1304	2012	124	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	1 593 €
500101	2014	24	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	9 908 €
500102	2014	1	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	30 828 €
500103	2014	26	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4 063 €
500104	2014	2	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	17 507 €
0110	2014	141	COMPARTICIPAÇÃO DE 25% NOS ENCARGOS C/AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE VIATURAS E MATERIAL DE SOCORRISMO	23 901 €
090102	2008	163	Oleais	32 709 €
090105	2008	264	Mele-Via	3 150 €
090201	2008	165	Torres Novas/S. Gão	865 842 €
090203	2008	168	Riachos	60 440 €
090603	2010	107	ESTUDOS E PROJECTOS	3 038 €
090605	2010	105	AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO	1 889 €
091004	2010	98	AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO	1 417 €
090905	2011	174	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	313 €
091006	2011	167	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	6 251 €
091007	2011	182	AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO P/ENSINO APOIO ESPECIALIZADO	1 315 €
091007	2011	183	AQUISIÇÃO FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	313 €
023010	2012	12	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	3 436 €
023011	2012	13	AQUISIÇÃO SOFTWARE	267 €
090602	2012	22	AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	9 432 €
090604	2012	24	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO (MOBILIÁRIO)	24 426 €
02	2012	35	INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª FASE	1 229 €
0311	2005	229	RECUPERAÇÃO DA CASA DA LEZIRIA	321 780 €
0319	2008	189	PROJECTO/CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DO CARMO - REMODELAÇÃO	846 €
021402	2009	133	OBRAS DE REMODELAÇÃO - "Giragem dos Clares"	92 389 €
0303	2009	2	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EM HABITAÇÕES	55 €
0312	2009	4	GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	4 650 €
5004	2014	31	GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	9 221 €
500701	2014	78	REVISÃO DO PDM	1 751 €
5009	2014	135	AQUISIÇÃO DE MOINHOS DA PENA	22 000 €
5010	2014	142	RECUPERAÇÃO CONVENTO DO CARMO	396 €
27	2008	34	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO BÁSICO	3 010 €
38	2009	115	OUTROS INVESTIMENTOS	2 792 €
06	2010	164	GRANDES REPARAÇÕES E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA NO CONCELHO	107 €
5004	2014	35	AQUISIÇÃO CONTENTORES ENTERRADOS PARA DEPOSITO DE RSU'S DIFERENCIADOS E INDETERMINADOS-FREGUESIAS DA CIDADE E CENTRO HISTÓRICO E ARRANJO URBANÍSTICO ENVOLVENTE	3 156 €
5005	2014	37	AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO EQUIPAMENTO DE LIMPEZA	6 034 €
0540	2008	194	JARDIM DA "VILA" EM RIACHOS	1 338 €
0530	2012	54	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTO BÁSICO	196 €
0551	2011	67	TRABALHOS CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES E DE LAZER DE PEQUENA DIMENSÃO NAS DIVERSAS FREGUESIAS DO CONCELHO	429 €
0558	2011	69	AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	503 €
0515	2012	53	CONSTRUÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES REDES REGA NOS ESPAÇOS VERDES EXISTENTES E A CONSTRUIR	232 €
0538	2012	55	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	347 €
010607	2013	8	AQUISIÇÃO DE GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS DE ARCONDICIONAMENTO E CAPTURA DE ANIMAIS	336 €
010402	2014	136	CANIL INTERMUNICIPAL-CONSTRUÇÃO DE ARRUMOS	18 669 €
5003	2014	14	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3 216 €
5011	2014	45	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A PARQUES INFANTES	6 141 €
5016	2014	50	FORNECIMENTO DE TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE EDIFÍCIOS DESTINADOS ATENDIMENTO PÚBLICO/ESCRITÓRIO DO ENCARREGADO INSTALAÇÕES SOCIAIS DO PESSOAL E ARRANJOS EXTERIORES DA ENVOLVENTE DO CEMITÉRIO	36 676 €
45	2004	218	AQUISIÇÃO COMPLEXO DENOMINADO DESTILARIA DA BROGUEIRA-MUSEU DO FIGO	22 446 €
5802	2009	273	CONSERVAÇÃO, RESTAURO E ARRANJO URBANÍSTICO DO CONJUNTO ARQUEOLÓGICO (recuperação muralha fernandina, interior das torres, torre do cruzeiro e do lavrimento, vertigo santa maria)	60 356 €
61	2009	295	CASA DA CULTURA EM RIACHOS	3 850 €
3501	2010	58	SISTEMAS E EQUIPAMENTOS P/GESTÃO INFORMÁTICA DE COLECÇÕES	7 000 €
3501	2011	148	SISTEMAS E EQUIPAMENTOS P/GESTÃO INFORMÁTICA DE COLECÇÕES	4 931 €
3604	2011	156	EDIFICAÇÃO DE OBRAS	6 493 €
5701	2012	78	ARRANJOS EXTERIORES DO CASTELO	73 537 €
43	2013	17	REMODELAÇÃO ANTIGO MERCADO DO PEIXE	71 207 €
5002	2014	16	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	6 157 €
1602	2011	125	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO BÁSICO	1 368 €
2005	2012	132	OBRAS DE INTERVENÇÃO NO RINQUE	3 788 €
5002	2014	19	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	6 101 €
5003	2014	20	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	72 €
5005	2014	54	REPARAÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DAS CALDEIRAS DE AQUECIMENTO A GÁS NO ESTÁDIO MUNICIPAL	5 043 €
5008	2014	57	FORNECIMENTO DE TRABALHOS ESPECIAIS DE MANUTENÇÃO (AERIFICAÇÃO) NO RELVADO DO CAMPO DE ESTÁDIO MUNICIPAL	6 827 €
0201	2009	203	MELHORIA QUALIDADE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO	21 741 €
500401	2014	62	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA-SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO DO FATOR POTÊNCIA	4 658 €
01143	2008	227	REPARAÇÃO DA ESTRADA DO ALVORÃO	46 325 €
01006	2009	239	RUA DA COSTA BRAVA-RIACHOS	9 254 €
01013	2009	246	ARRUAMENTOS CASAS MARTANES E ACESSO NASCENTE	6 504 €
01061	2009	215	REP.BENEF.PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES EM ARRUAMENTOS CONCELHO	41 162 €
01160	2009	225	CAMINHO 1179 - 2.ª FASE (ZONA INDUSTRIAL DE RIACHOS)	29 906 €
01169	2009	229	ESTRADA COTOAS/CAVEIRA/BOQUILLOBO	204 841 €
02204	2010	218	MURO SUPORTE NO LARGO DO QUINCHOSO (II S. PEDRO)	38 123 €
01207	2011	88	REQUALIFICAÇÃO DA ENVOLVENTE DOS CLARES E FONTE DA BROA	25 275 €
04001	2011	95	SINALIZAÇÃO NA CIDADE E CONCELHO	19 860 €
04002	2011	96	TOPONIMIA E PLACAS DE LOCALIZAÇÃO INFORMATIVAS	54 €
01194	2012	90	NOVA VIA DE ACESSO AO CENTRO ESCOLAR DE OLAIÁ	2 039 €
50023	2014	95	RUA DAS PADEIRAS (CASAS CASTELOS)	867 €
50040	2014	138	REP.BENEF.PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES EM ARRUAMENTOS DO CONCELHO	1 167 €
50041	2014	139	REFORÇO DO MURO EM VILA PINHO	34 337 €
50042	2014	140	MURO SUPORTE NA ZI 1ª FASE JUNTO A GRFICA ALMONDINA	4 247 €
5006	2014	75	AQUISIÇÃO DE TOLDOS DE COBERTURA PARA EXTERIOR	2 645 €
10	2010	237	CASA INCUBADORA DE IDEIAS/INCUBADORA DE EMPRESAS	42 540 €
0531	2011	191	SIT 2 - Sistema de Informação Territorial 2 - 1ª fase	4 473 €
0554	2013	13	MÉDIO TERMO GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL DA OPERAÇÃO	820 €
0555	2013	14	MÉDIO TERMO GESTÃO EM SIG - VALOR GLOBAL OUTROS PROJECTOS	1 095 €
Total				2 584 904 €



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### 6.3. RESUMO

Em resumo verificaram-se desvios quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, sendo que parte dos mesmos têm origem em desvios ocorridos no ano de 2013, designadamente atraso no recebimento da última tranche do PAEL (prevista para 2013 e realizado em 2014), a não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizam devido aos desvio na aquisição de bens de capital e subsídios a empresas municipais.

O Saldo previsto entre receitas e despesas para o ano de 2014 era de 277.257€ negativos. Contudo, o Município apresenta um saldo (receita-despesa) positivo em 1.532.613€.

Convém salientar que apesar das execuções reais apresentarem diversos desvios face ao plano inicial, os saldos gerados tem sido bastante mais positivos do que os previstos no plano inicial:

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTO VS PSF

	2012		2013		2014		Saldo Acumulado	
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF
Receitas	26 094 026	29 891 525	33 877 841	40 777 138	25 974 422	26 492 590	85 946 088	97 161 254
Despesas	25 865 096	28 834 857	33 745 298	41 628 771	24 441 808	26 769 877	84 052 203	97 233 506
Saldo	228 930	1 056 668	132 542	-851 633	1 532 613	-277 287	1 893 886	-72 252

Pelo exposto mantêm-se as sugestões quanto à necessidade de articulação entre os valores previstos no plano e os constantes dos orçamentos anuais:

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 968 482	6 529 950	438 532
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	446 627	846 529	-399 902
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	407 569	437 182	-29 614
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 209 282	1 314 753	-105 471
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 478 243	8 555 960	1 922 284
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 161 034	2 052 150	108 884
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241 141	125 632	115 509
Total Receita Corrente		21 912 379	19 862 157	2 050 222
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	221 492	-135 158
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 978 779	7 419 456	2 559 324
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	12 264	-12 264
Total Receita Capital		10 065 113	7 653 211	2 411 901
Total Receita		31 977 491	27 515 368	4 462 123



*Sh*

SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 525 189	8 797 078	-271 888
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 660 424	6 432 535	1 227 890
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	823 265	769 516	53 749
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	471 112	13 666	457 446
05	SUBSÍDIOS	74 221	47 421	26 800
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	561 878	511 383	50 495
<b>Total Despesa Corrente</b>		<b>18 116 089</b>	<b>16 571 598</b>	<b>1 544 491</b>
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 592 857	7 486 226	3 106 631
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67 500	0	67 500
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144 893	0	144 893
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3 056 152	3 375 355	-319 202
<b>Total Despesa Capital</b>		<b>13 861 402</b>	<b>10 861 580</b>	<b>2 999 822</b>
<b>Total Despesas</b>		<b>31 977 491</b>	<b>27 433 178</b>	<b>4 544 313</b>

Assim, em termos de orçamento para 2015 foram previstas receitas e despesas em mais cerca de 4.500.000€ do que o previsto no Plano de Saneamento para o mesmo ano

Apresentam-se os resumos globais de execução de receitas e despesas no final do ano de 2014:

Descrição	2014							
	Previsto anu Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução	Desvio (real - Previsto)
Receitas correntes	19 980 887,33	3 970 499,20	6 104 123,99	6 215 363,24	5 418 860,26	21 708 846,69	108,65%	-1 727 959,36
Receitas de capital	6 511 702,84	2 386 020,19	426 266,39	487 400,55	965 072,46	4 264 759,59	65,49%	2 246 943,25
<b>Total receita</b>	<b>26 492 590,17</b>	<b>6 356 547,67</b>	<b>6 530 390,38</b>	<b>6 702 763,79</b>	<b>6 384 719,87</b>	<b>25 974 421,71</b>	<b>98,04%</b>	<b>518 168,46</b>
Despesas correntes	17 276 161,82	4 695 900,11	4 415 519,05	3 521 312,48	5 479 196,77	18 111 928,41	104,84%	-835 766,59
Despesas de capital	9 493 715,26	1 580 128,33	1 276 159,62	1 172 233,15	2 301 358,82	6 329 879,92	66,67%	3 163 835,34
<b>Total despesa</b>	<b>26 769 877,08</b>	<b>6 276 028,44</b>	<b>5 691 678,67</b>	<b>4 693 545,63</b>	<b>7 780 555,59</b>	<b>24 441 808,33</b>	<b>91,30%</b>	<b>2 328 068,75</b>
<b>Saldo (Receita - Despesa)</b>	<b>-277 286,91</b>	<b>80 519,23</b>	<b>838 711,71</b>	<b>2 009 218,16</b>	<b>-1 395 835,72</b>	<b>1 532 613,38</b>	<b>-552,72%</b>	<b>-1 809 900,29</b>



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## CONCLUSÕES:

A necessidade do Plano ser articulado com os Orçamentos anuais, designadamente, nas seguintes áreas:

- Impostos e Taxas – Taxas e revisão de tarifários estipulados e não verificadas;
- Passivos Financeiros – prazos das transferências dos empréstimos que não correspondem ao inicialmente previsto;
- Investimento em bens de capital – obras previstas não realizadas, que precisam de reajustamento para os períodos posteriores. A receita de subsídios ao investimento é fortemente afetada por esta rubrica, pelo que deve ser revista em conformidade.
- Transferências Correntes – Não verificação nas datas previstas da resolução dos processos judiciais em curso, pelo que devem ser deslizados para o futuro.
- Internalização da Turrisespaços – A decisão apenas ocorreu Setembro de 2014 pelo que no Plano não estão consideradas transferências para esta empresa, mas sim o suporte do financiamento da sua atividade internalizada.

Salientamos também que de acordo com o Art.º 7 do DL 38/2008, de 07 de Março, no caso de incumprimento, pese embora a necessidade de articulação dos documentos previsionais por forma a que os mesmos sejam coerentes e fidedignos no suporte à gestão, podemos concluir que têm vindo a ser alcançados os objetivos contratados no Âmbito do Pael e Saneamento Financeiro, uma vez que os resultados do ano, e acumulados, superam os preconizados no PSF.

A articulação referida deve ser enquadrada face ao disposto no n.º 5 do Art.º 40 da Lei das Finanças Locais, que transcrevemos:

### ***“ Artigo 40º - Saneamento financeiro municipal***

*....5 – O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no n.º 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina:*

- a) A impossibilidade de contração de novos empréstimos durante um período de cinco anos;*
- b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central;”*





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

Previsto	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	169 440 453	165 606 370	162 972 109	-3 834 083	-2 634 261
Passivo	84 288 541	79 395 071	75 440 478	-4 893 470	-3 954 593
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	24 765 293	41 729	312 802
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	23 444 961	-806 381	49 759
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	1 320 332	848 110	263 043

Destes valores salienta-se a tónica colocada na redução do passivo e na contenção de gastos.

O rácio de autonomia financeira estimado para os anos de 2013 e 2014 era de 52,06% e 53,71%, respetivamente.

Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	157 182 944	150 966 845	149 384 274	-6 216 099	-1 582 571
Passivo	70 246 372	64 542 613	61 041 891	-5 703 759	-3 500 722
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	25 039 318	879 918	2 672 664
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	22 000 477	-685 052	-993 061
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	3 038 841	1 564 970	3 665 725

Realçamos a redução do passivo total até à data superior à redução prevista, o aumento dos proveitos e ganhos também superior ao previsto, ao passo que a diminuição real dos custos e perdas foi também superior ao previsto o que resulta na obtenção de resultados líquidos mais favoráveis do que os previstos.

Realçamos também que os valores de autonomia financeira reais para os anos de 2013 e 2014 foram de 57,25% e 59,14%, respetivamente, sendo superiores aos inicialmente previstos.





SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## **8. ANÁLISE DE RÁCIOS/INDICADORES**

De forma a avaliar a evolução desde a entrada em saneamento financeiro, calculamos nos anos posteriores a 2011 os indicadores/rácios usados pelo organismo que aprovou a adesão ao PAEL.

Assim, aquando da aprovação do plano foram avaliados 20 rácios/indicadores, sendo que 9 apresentavam uma avaliação não aceitável e 11 uma avaliação aceitável.

Calculamos os mesmos rácios/indicadores com referência aos anos posteriores e obtivemos a seguinte avaliação do acompanhamento:

Descrição	Anos				Avaliação Atual (2014)		Avaliação Inicial (2012)	
	2011	2012	2013	2014	Acceptável	Não Acceptável	Acceptável	Não Acceptável
Vendas bens Inv. / Receitas Efetivas	0,5%	0,6%	0,0%	0,4%	X			X
Venda de Bens de Investimento/Total do Impacte Esperado	-	35%	0%	12%	X		X	
Previsão dos níveis da receita efetiva mantém-se ao nível dos últimos 3 anos	29 422 551	27 038 128	23 931 741	25 512 720		X		X
Previsão dos níveis da despesa efetiva mantém-se ao nível dos últimos 3 anos	26 389 985	23 427 745	31 015 245	21 122 249	X		X	
Redução das despesas com Pessoal Viável	8 756 121	7 381 769	8 521 561	7 847 635	X			X
Despesas com Pessoal/Despesas Totais	33,18%	31,51%	27,48%	37,15%	X			X
Despesas com Pessoal/Receitas Efetivas	29,76%	27,30%	35,61%	30,76%		X		X
Serviço da Dívida/Receitas Efetivas	11%	11,20%	15,08%	16,65%	X			X
(Despesas com Pessoal + Serviço da Dívida)/Receitas efetivas	40%	38%	51%	47%	X		X	
Receitas Efetivas/Despesas Totais	98%	105%	71%	104%	X		X	
Serviço da Dívida/Despesas Efetivas	11,83%	12,92%	11,64%	20,11%	X			X
Aquisição de bens e Serviços correntes e de capital/Despesas Totais	54%	53%	54%	42%	X		X	
Despesas Correntes/Transferências Correntes (receita)	1,97	1,98	0,26	1,80	X		X	
Evolução do PMP	164	187	230	20	X		X	
Variação dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias - cumprimento da Lei 8/2012, de 21.02	Não cumpre	Não cumpre	Não cumpre	Cumpre	X			X
Fundos Disponíveis	-	-10 436 030	208 542	3 932 111	X			X
Regulamentos de controlo interno aprovados e atualizados ou com previsão de aprovação/atualização	N/A	Sim	Sim	Sim	X		X	
Evolução do peso da dívida não bancária/Dívida Total	71%	75%	60%	60%	X		X	
Saldo Primário	3 359 225	4 200 651	-6 203 993	5 318 061	X		X	
Saldo Primário/Serviço da Dívida	108%	139%	-172%	125%		X	X	

Como se pode verificar apenas três rácios apresentam uma evolução não aceitável, o que revela que a recuperação está a ser atingida antes do prazo expetável no plano.

Por outro lado, a Lei n.º 73/2013 de 03/09, define um novo conceito de cálculo de endividamento ligado ao conceito de dívida total.

De acordo com a referida Lei n.º 73/2013, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser verificado da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	$\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	$> 3$	-	OBRIGATÓRIO

A 31 de Dezembro de 2014 sem considerar o efeito das eventuais responsabilidades da dívida total das entidades a que se refere o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (por ausência de informação disponível nesta data das entidades relevantes, para cálculo da dívida total), verificámos que o Município não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57º da mesma Lei.

#### RECEITA CORRENTE COBRADA LÍQUIDA

ANO	VALOR
2011	21 206 977,23
2012	17 766 711,18
2013	19 582 001,98
MÉDIA	19 518 563,46

- Limite da Dívida = 29.277.845 € (1,5 x média receita corrente líquida cobrada)

- Dívida Total = 25.391.602 €

- Margem = 3.886.243€

Desta forma verifica-se que atualmente o Município não teria de recorrer a nenhum mecanismo de recuperação financeira, apresentando uma margem de 3.886.243€.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## 9. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento das operações de financiamento descritas comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Efetuiu-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do ano de 2014, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos inicialmente no plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundaram-se também as diferenças do plano face ao orçamento e as diferenças em termos de evolução patrimonial.

Acrescentou-se a análise de rácios e indicadores para avaliação da evolução dos rácios analisados aquando da aprovação do PAEL e concluiu-se que apesar dos desvios mencionados entre rubricas previstas e reais, o Município apresenta mais rácios aceitáveis do que os previstos no plano, pelo que consideramos que a recuperação será atingida anteriormente ao previsto.

Em face do descrito, recomenda-se a articulação do plano inicial com base em pressupostos atuais e de forma a minimizar os desvios nos próximos anos, nos termos do Art.º 9 da Portaria 281-A/2012, de 14 de Setembro (regulamenta o PAEL) e em conformidade com a exigência prevista no disposto no n.º 5 do Artigo 6º da Lei 43/2012 de 28 de Agosto (aprova o PAEL).

Alertamos também para a redação dos n.sº 1 e 4, do Artigo 11º (Sanções) da referida Lei 43/2012 de 28/08, que referem que a aprovação de quaisquer atos que violem o cumprimento do Artigo 6.º é considerada uma ilegalidade grave e que o incumprimento dos objetivos definidos constitui facto suscetível de responsabilidade financeira, nos termos previstos nas alíneas b), d) e f) do n.º 1 do Artigo 65º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.